



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

Secretaria Especial da Presidência – Comissões Permanentes

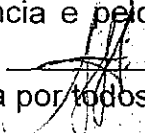
ATA DA REUNIÃO

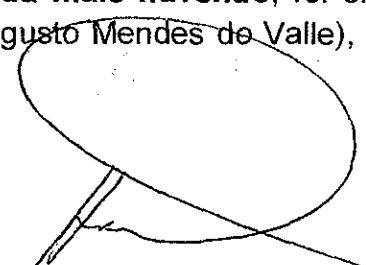
Aos 17 de fevereiro de 2017, às 14h30, reuniram-se o Desembargador Herbert José Almeida Carneiro, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – TJMG, o Desembargador Carlos Henrique Perpétuo Braga, Superintendente Administrativo Adjunto do Tribunal, o Dr. Antônio Carlos Parreira, Juiz Auxiliar da Presidência, o Secretário Especial da Presidência, Renato Cardoso Soares, o Assessor de Planejamento, Hilton Secundino, os dirigentes do Sindicato dos Servidores da Justiça de 2ª Instância - SINJUS, Wagner de Jesus Ferreira e Alexandre Paulo Pires da Silva, os dirigentes do Sindicato dos Servidores da Justiça de Primeira Instância de Minas Gerais – SERJUSMIG, Sandra Margareth Silvestrini de Souza, Raquel Beatriz Pinto Cunha Orlando e Ronaldo Ribeiro Júnior, e os dirigentes do Sindicato dos Oficiais de Justiça Avaliadores do Estado de Minas Gerais – SINDOJUS/MG, Emerson Mendes Oliveira e Bruno Batista Aguiar. **Abertos os trabalhos**, o Desembargador Herbert Carneiro lembrou aos presentes que a reunião de hoje tem por objetivo ratificar às entidades sindicais que foi encaminhado o projeto de lei com o percentual de 3,5% para a revisão anual de vencimentos e proventos dos servidores, relativamente ao exercício de 2016, que tramita na Assembleia Legislativa com o n.º 3840/2016. Afirmou que vem acompanhando a tramitação da matéria naquela Casa Legislativa e que tem informações que o PL poderá entrar em pauta do plenário nos próximos dias. Renovou o compromisso de encaminhar os projetos de lei relativos aos auxílios saúde e transporte, não obstante a queda do Fundo Especial do Poder Judiciário-FEPJ, fonte de custeio dessas despesas, mas que só adotará essa providência após a aprovação da data-base de 2016, por questão de oportunidade. Em relação ao tema “promoções verticais”, informou que a Comissão de Promoção Vertical será brevemente constituída. Aguarda-se a aprovação à indicação de servidor, feita por um dos sindicatos, o que deverá ocorrer em breve. Os critérios de apontamento de vagas já foram dispostos no edital, como forma de imprimir maior transparência ao processo. Se necessário, esclarecimentos complementares sobre tais critérios poderão ser oportunamente prestadas, com a participação dos técnicos da EJEJ. Afirmou que as verbas indenizatórias de oficiais de justiça está sob análise da SEPLAG, em conjunto com as áreas técnicas da Corregedoria. As conclusões serão brevemente submetidas ao SINDOJUS. Sandra Silvestrini indagou se, em razão do cenário do final do ano ter indicado uma melhoria de margem orçamentária e fiscal, persistiria a disponibilidade do Tribunal em melhorar a contraprestação dos servidores. Perguntou, ainda, se o Presidente acredita que há risco de atraso de vencimentos dos servidores. O Presidente sinalizou positivamente em relação à primeira pergunta e respondeu que não acredita que haverá atraso de pagamento dos vencimentos dos servidores, tendo em vista a expectativa de melhora do panorama econômico do Estado. Respondendo, ainda, aos questionamentos da dirigente Sandra Silvestrini, informou



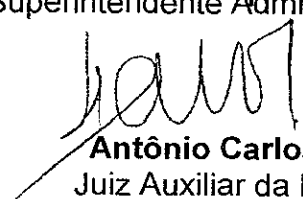
Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

Secretaria Especial da Presidência – Comissões Permanentes

que na próxima folha, de março, haverá pagamento o valor retroativo da promoção vertical que está em aberto e respectivo reposicionamento. Wagner de Jesus indagou sobre a possibilidade de iniciar a tramitação das minutas de anteprojeto de lei dos auxílios saúde e transporte no âmbito do Tribunal e se há possibilidade de que esses benefícios sejam pagos de forma retroativa, desde o mês de janeiro de 2017. O Presidente sinalizou positivamente e disse que a matéria, em no máximo 30 (trinta) dias, será encaminhada para a Comissão Administrativa. Emerson Mendes cumprimentou o Presidente e afirmou a sua satisfação de participara dessa reunião. Comentou sobre as dificuldades dos oficiais de justiça no cumprimento dos mandados judiciais, principalmente em relação aos cumprimentos na zona rural, que estão com os valores muito defasados. O Presidente aproveitou o ensejo para dizer de sua satisfação pela criação do Comitê Gestor Regional, instituído pela Resolução do Órgão Especial nº 807, de 18 de setembro de 2015. Sandra Silvestre solicitou informações sobre a Resolução n.º 219/2016 do Conselho Nacional de Justiça, bem como um apoio do Presidente em relação aos servidores processados administrativamente por supostos compartilhamentos de matérias jornalísticas sobre o então Presidente do Tribunal, Des. Bitencourt Marcondes. O Presidente afirmou que cobrará da SEPLAG o andamento da matéria da Resolução n.º 219/2016 do CNJ e, em relação ao segundo pedido, se comprometeu a olhar como está o andamento da situação administrativa dos servidores na Corregedoria-Geral de Justiça. Pauta da próxima reunião, na segunda quinzena de março: auxílios saúde e transporte, além de outras matérias que forem previamente inseridas pela Presidência e pelos Sindicatos. **Nada mais havendo**, foi encerrada a reunião, da qual eu,  (Guilherme Augusto Mendes do Valle), lavrei esta ata, que vai assinada por todos os presentes.


Desembargador **Herbert José Almeida Carneiro**
Presidente


Desembargador **Carlos Henrique Perpétuo Braga**
Superintendente Administrativo Adjunto


Antônio Carlos Parreira
Juiz Auxiliar da Presidência



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

Secretaria Especial da Presidência – Comissões Permanentes

Renato Cardoso Soares
Secretário Especial da Presidência

Wagner de Jesus Ferrelra
SINJUS - MG

Alexandre Paulo Pires da Silva
SINJUS-MG

Sandra Margareth Silvestrini de Souza
SERJUSMIG

Raquel Beatriz Pinto Cunha Orlando
SERJUSMIG

Ronaldo Ribeiro Júnior
SERJUSMIG

Emerson Mendes Oliveira
SINDOJUS-MG

Bruno Batista Aguiar
SINDOJUS-MG